

PÁGINA 14: Sessenta e nove por cento dos brasileiros temem o desemprego, segundo pesquisa da CNI. / **PÁGINA 15:** CPI descobre que dinheiro dos precatórios foi usado no financiamento de campanhas eleitorais. / **PÁGINA 16:** Brasil entrou com pedido de consulta formal na OMC contra as restrições da UE a compra de frango. / **PÁGINA 17:** Municípios terão de volta parte do IR retido no FEE

ECONOMIA & TRABALHO

CORREIO BRAZILIENSE

Econ. Brasil

Brasília, quarta-feira,
11 de junho de 1997

13

EDITOR: Nelson Torreão. SUBEDITORA: Rozane Oliveira. Telefone: (061) 342-1190/342-1191. Fax: (061) 342-1155. E-mail: economia@cbdata.com.br

GOVERNO FHC CAI NA REAL

José Varella



Malan (D) com Koffes: "Não prometemos um mar de rosas com o Plano Real"

A partir de julho a prioridade será investir em obras e criar empregos. Só a construção civil ganhará R\$ 8,7 bilhões

Vicente Nunes e
Sheila D'Amorim
Da equipe do **Correio**

O governo está armando o contra-ataque para reverter o pessimismo que toma conta do país em relação ao Plano Real, por causa do desemprego, e, dessa forma, garantir a reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso. A resposta do governo para superar a maré baixa será dada a partir de julho, quando começa o quarto ano do Plano Real, e virá em forma de um pacote para com-

bater os altos índices de desemprego. Esse pacote já tem preço: R\$ 8,741 bilhões, segundo cálculos dos técnicos do Ministério do Planejamento.

"É o preço que o governo tem a pagar para manter o Real como a principal arma para a reeleição do presidente Fernando Henrique", disse um parlamentar do PSDB. "Vamos lançar o *presidente obreiro*", ressaltou. O pessimismo com o futuro do Real foi retratado numa pesquisa encomendada ao Ibope pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), e divulgada ontem. Segundo o Ibope,

36% dos dois mil entrevistados acreditam no sucesso do plano econômico, o que representa queda de dez pontos percentuais em comparação com a do mês de março. Ao mesmo tempo, o número de pessoas que apostam no fracasso do plano aumentou de 11% para 19%.

A ordem no governo é não perder tempo e mostrar resultados práticos num curto espaço de tempo. Por isso, o governo escolheu a construção civil e a área de saneamento básico como prioridades para combater o desemprego. São setores que, com investimentos pesados, dão respostas rápidas. Do pacote preparado pelo ministério do Planejamento para reativar esses setores, R\$ 5 bilhões sairão do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Desse total, R\$ 3 bilhões irão para a construção de moradias

da população de baixa renda e R\$ 2 bilhões para estados e municípios tocarem obras de saneamento básico.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) entrará com outros R\$ 3 bilhões, também destinados a obras de saneamento. Nesse caso, além das obras contribuir para a criação de empregos, o governo estará preparando as empresas de saneamento para a privatização. Os R\$ 741 milhões restantes sairão do Orçamento da União, a fundo perdido, para os municípios mais pobres listados pelo Comunidade Solidária.

Na palestra que fez ontem para 200 empresários de Brasília, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, disse que a construção civil é a prioridade do governo para a geração empregos no país.